

C.I.A.L.P.
CONSELHO INTERNACIONAL
DOS ARQUITECTOS DE LINGUA PORTUGUESA

VII ENCONTRO

SEMINÁRIO

TEMA:

DINÂMICA TRANSCULTURAL DA ARQUITECTURA

SUB-TEMA/PAINEL:

PATRIMÓNIO E A MEMÓRIA DAS CIDADES
(RESTAURO E REINTERPRETAÇÃO DO
PATRIMÓNIO HISTÓRICO)

BREVE APONTAMENTO SOBRE A EVOLUÇÃO
HISTÓRICA DA FORTALEZA DE S. JOSÉ DE
AMURA
E A PRESENÇA URBANA PORTUGUESA EM
BISSAU

AUTOR: **ARQ. FERNANDO J. P. TEIXEIRA**



Macau: Junho 1999

INTRODUÇÃO

I

Este trabalho que ora apresento decore da *quase* obrigatoriedade que a tradição dos nossos encontros impõe, de o tema a ser apresentado, ser relacionado com o país do apresentador. *Tradição* que subscrevo plenamente, ou não seria este um fórum de troca de opiniões e experiências de práticas diferentes. Este exercício sucede também da necessidade *tradicional* de respeitar o tema genérico escolhido para o habitual *Seminário Temático*, que neste encontro é “**Dinâmica Transcultural da Arquitectura**”;

Dos três Painéis ou sub-temas predeterminados, escolhi o primeiro que é assim definido:

“**Património e a memória das cidades (Restauro e reinterpretação do património histórico)**”. Devo dizer que a escolha do sub-tema não foi fácil, pois falar do *património* e *memória* das cidades no caso de territórios com vinte e tal anos de existência como nações, é tarefa assaz árdua. Mas como o *património* e a *memória das cidades* existem independentemente das sistematizações artificiais, sejam eles de carácter geográfico, histórico ou político, tentarei de certa forma, falar da *memória* da minha cidade natal, através de um *património histórico* que lhe pertence - A Fortaleza de Bissau -, pois “os monumentos são uma espécie de herança, de permanência, destinada a testemunhar as aspirações e as ambições, pessoais e colectivas, através de instrumentos duráveis: os monumentos em pedra, em mármore, em ferro, em cimento. E a beleza de uma cidade, o seu poder ser «arte», deriva exactamente da contradição existente entre o propósito inicial (o motivo por que se ergue o monumento) e a realidade mutável do uso dessa herança).” (*1) Os motivos e o propósito inicial porque se ergueu este monumento serão adiante explicitados, mas quanto a *realidade mutável do uso dessa herança*, posso dizer que ela hoje é um símbolo, o berço da nação. É aquilo que se um dia desaparecer seria a maior catástrofe cultural que se abateria sobre o meu povo. Se ela um dia, pela incúria dos homens e por forcas da natureza um dia desaparecesse, eu compararia esse desaparecimento ao que foi a “queda do Segundo Templo” em Israel com todas as consequências que durante milhares de anos se abateram sobre o povo Judeu, despoletados por essa destruição.

II

Também por outras contingências, fui levado a escolher este sub-tema. Devo sublinhar como factor de influência, o facto de os recentes acontecimentos políticos no meu país, terem paralisado toda e qualquer actividade de âmbito urbanístico e arquitectónico, com a agravante de não se saber se, futuramente, as que existiam em fase de realização prática ou na fase de acabamento, projectos, estudos, etc. Serão possíveis num futuro próximo, - sem possibilidades de prever ou antever os novos caminhos da arquitectura e urbanismo nacionais, decide ater-me ao que é histórico e imutável, que nos dá a certeza e a segurança do porvir.

Esta atitude de me *socorrer* de um objecto architectónico - perene no imaginário das gerações passadas, presentes que com a sua **história**, é um **património** da **cultura** e **arte** e a vez um **monumento histórico**, que é **memória** primeira e última da cidade de Bissau, desde os primórdios da sua fundação -, advém da necessidade imperiosa de protecção psicológica, porque quando os valores em que assentam todo um país, sociedade ou povo estão em perigo, *“o «testemunho» dos monumentos continua a ser válido exactamente em virtude das constantes transformações ou adaptações que estes pressupostos «eternos» ao nascer, sofrem no tempo histórico-social; voltando assim a confirmar o seu carácter de validade temporal que quanto mais dura mais tende, no limite, para uma possível «eternidade» (entendida como continuidade de uma presença).” (*2)*

Esta eternidade entendida como a continuidade de uma presença nos remete para a presença portuguesa em Bissau, consubstanciada na história da construção da própria fortaleza, que vai por sua vez dialecticamente condicionar essa presença. Falar de etapas de construção do forte, é falar do nascimento e a lenta evolução histórica da cidade de Bissau; são indissociáveis, um confunde-se com a outra.

III

Fazendo este trabalho sobre a **Fortaleza de São José de Amura (*3) e a presença Portuguesa em Bissau**, também tenho em vista alguns objectivos mais práticos sem descurar outras razões importantes:

Esta fortaleza, é hoje, no meu destruído país, o único **património histórico** nacional, que me dá bases sólidas sejam elas históricas ou sociológicas que me permitem uma reflexão e entendimento sobre quem sou e para onde vou. Ou por outro, quem somos e para onde vamos. Pois quero acreditar que somos um povo único e soberano. Quero acreditar que amamos o nosso País e o pomos acima das nossas tribos e confissões religiosas. Quero acreditar que somos capazes de reverter tudo que seja negativo para bem deste País.

Outra razão, não menos importante, é a que se prende com a necessidade de restaurar e proteger este património único, contemporâneo da história do meu país e dos “descobrimentos” portugueses em África. Pois a odisséia portuguesa é também património dos povos africanos que comungam uma língua comum, sem esquecer outros povos de outras latitudes e porque enfim a saga dos descobrimentos é património da Humanidade, por ter feito do planeta um lugar mais perto e conhecido.

Terceira razão com a necessidade de divulgar e fazer conhecer este monumento além fronteiras, para que deste modo interessar Governos estrangeiros, governo nacional, organizações, fundações e até particulares, da importância do seu restauro e recuperação. Hoje, mais do que nunca, é necessário utilizar esta oportunidade que me é dada, para fazer as pessoas conhecer mais sobre a cidade de Bissau e em particular desta obra de vulto. Pois monumentos como este *“tornam-se significativos a respeito desta ou daquela cidade, exactamente porque a sua presença específica, ao princípio, e com a diversificação de utilização depois, contribuem de maneira determinante para fazer que as referências parciais relativas ao conjunto, à forma urbana no seu todo, mudem”.* *4

Pessoalmente, tudo que pertence ao meu País é-me caro e importante, mas o profundo papel que esta fortaleza desempenhou no meu imaginário de criança, a partir do momento que o visitei pela primeira vez, quando ainda com de seis anos de idade, levado pela mão de um cabo do exercito português, amigo de um vizinho nosso (Marino “Rei de Tchom de Papel”), então a servir na Guiné. Isso foi há quase trinta anos atrás. Na altura era o já quartel mais importante da Guiné.

A sua imponência e grandiosidade - «obra notável pelas suas proporções e dimensão» no dizer do architecto Luís Benavente que o visitou em Julho de 1962 (o ano em que nasci) - sempre exerceram um fascínio imenso em mim, morador da pequena cidade de Bissau. Cresci, por assim dizer, a sombra das suas paredes, pois a escola primária, aonde então fiz o ensino

primário era “colada” aos seus muros. Além de que aqui pretendo começar um o trabalho futuro a desenvolver de âmbito social, histórico, cultural e político.

Notas importantes:

1. A recolha de cartografia da fortaleza e da cidade, feita totalmente em Lisboa, por contingências da guerra, foi difícil e morosa, e só foi possível consultando os arquivos da **Torre do Tombo, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Arquivo histórico do Ministério das Obras Públicas de Portugal e do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal**, onde recolhi literatura esparsa e dados incompletos e as vezes não coincidentes. Nesta base serão apresentados descrições antigas, fotografias de há quase 40 anos atrás e cópias de mapas da fortaleza e da cidade a escala 1: 4.000 e 1:2000.

2. Os textos e frases utilizados por diversos autores, para traçar a história de desenvolvimento da cidade de Bissau e a Fortaleza são característicos e eloquentes para se poder compreender o relacionamento difícil e conturbado entre os colonos e os autóctones, na sua maioria não precisam de comentários, salvo o facto de que foram escritos numa outra época e por isso reflectindo o pensamento e a ideologia de então, mas que para uma melhor compreensão, salvo casos extremos, deixei como no original. Além de que esta investigação pretende ser apenas um trabalho de âmbito histórico, na vertente urbanística e arquitectónica; Nesta base as citações de diversos autores consultados, não serão esmiuçados e nem objecto de análises próprios, por entender que os estreitos limites desta apresentação não os poderão comportar. Na última página serão citadas as obras e autores consultados.

3. As fotografias apresentadas são muito antigas, copiei-as dos arquivos consultados, face a impossibilidade de os fazer no meu país. Mas dão uma ideia do passado histórico da fortaleza e da presença Portuguesa em Bissau.

A FORTALEZA DE AMURA

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Não se pode afirmar com exactidão qual o ano em que neste ponto da costa da Guiné desembarcaram os primeiros portugueses.

Depois de invocar as cinco razões «por que o senhor Infante foi movido buscar as terras da Guiné» o cronista Azurara fala-nos das sucessivas viagens de caravelas ao longo da costa de África e conta-nos da aventura de Nuno Tristão, *cavaleiro criado na câmara do Infante, que depois de por três vezes passar com a sua caravela pelo cabo Branco, a Quarta chega a um rio «em que lhe pareceu que deveria haver algumas povoações»...* Corria o ano de 1446.

O primeiro contrato conhecido para o arrendamento da costa da Guiné foi feito em 1469 com o armador Fernão Gomes. O contacto inicial verificou-se certamente entre os indígenas Papeis e os moradores da ilha de S. Tiago, que iam resgatar escravos aos rios da Guiné (*5), tendo para tanto a licença concedida por carta régia.

O desejo de obter marfim, ouro e escravos, levou-os a subir os estuários, a reconhecer acosta bordada de mangais, a varar os matos, lançando-se a descoberta das terras do interior, onde habitavam os chefes capazes de lhes fornecer a cobiçada mercadoria e permitir a permuta com artigos importados da metrópole. Servindo-se daquele privilégio, estabeleceram-se em alguns pontos da costa, entre os quais Bissau, numa tentativa precária de fixação, dada a natural rebeldia e desconfiança dos naturais da ilha, sujeitando-se aos caprichos dos régulos, a quem pagavam impostos arbitrários. Necessariamente tal sorte de instalações seria com carácter provisório.

Os portugueses demoravam-se ali apenas o tempo indispensável à realização da troca dos produtos, dos contractos e embarque de escravos, em regra (...) cativos nas guerras entre

chefes indígenas, (...). Eram eles destinados a aos trabalhos agrícolas e outros serviços mais árduos, em Cabo Verde, aos canaviais e engenhos do Brasil. Desde o período da descoberta da Guiné até fins do século XVII pode dizer-se que esta colónia poucos cuidados mereceram aos governantes de Portugal, sob o ponto de vista da sua defesa, nem *contra* as tribos que a povoam, nem contra os piratas que então infestavam aquelas paragens (*6).

**(... e o cimento da cantaria podia bem ser amassado
com sangue; Porque mais de dois mil dos nossos morreram
nesta edificação, e não foi senão sob o fogo de canhões de uma
esquadilha que se conseguiu elevar a – PRAÇA DE GUERRA de
São José de Bissau**

Visconde Sá da Bandeira

*In “Apontamentos sobre a praça de S. José de
Bissau e suas imediações*

As datas da construção da Fortaleza de São José de Bissau não são coincidentes nas diversas fontes consultadas: Há dados (anuário da Guiné Portuguesa de 1946) de que foi primeiramente construída em 1696 pelo Capitão-mor José Pinheiro. Foi iniciada a sua primeira reconstrução em 1753 seguindo os planos de Frei Manuel de Vinhais Sarmento e continuada em 1766 com a traça do Coronel Manuel Germano da Matta. Houve nova obra em 1858-60, projectada e dirigida pelo capitão Januário Corrêa de Almeida «engenheiro civil e militar da província» na altura.

Há fontes que citam o ano de 1766, como o do início da construção e de 1773 (provavelmente) como o do término da obra. Isto segundo José Mendes da Cunha Saraiva na obra “A fortaleza de Bissau e a Companhia do Grão Pará e Maranhão”.

Companhia Geral de Comercio e Navegação do Grão Pará e Maranhão

Quando se fundou a Companhia Geral de Comercio e Navegação do Grão Pará e Maranhão, foram-lhe concedidos, pelos seus estatutos de 6 de Junho de 1775, privilégios, para só ela pelas suas direcções, poder exercer o negócio em diversas terras de Além-mar pertencentes a Coroa Portuguesa.

De entre esses territórios, à borda do Atlântico na costa do continente Africano, figuravam, além de outros, os de Cabo Verde, Angola, Cacheu e Bissau. Foi nestes últimos, situados na Guiné, que a acção comercialista da Companhia mais se fez sentir. E assim, logo no mesmo ano da sua instituição, depois de expedir os primeiros navios para os portos do Grão Para e do Maranhão, foram também despachados em Dezembro de 1755 as galeras de *Nossa Senhora da Conceição* para o Reino de Angola e a de *São José*, comandada pelo capitão José Ferreira de Azevedo, para a praça de Cacheu, na Guiné.

Uma das deficiências notadas pela administração, que em nome da Companhia, comerciava nos portos de Bissau e Cacheu, era a fragilidade das suas fortalezas, em virtude do estado de ruína em que se encontravam (...).

Até a época em que foi construída a fortaleza de Bissau, só rezam as crónicas de dois ou três fortes construídas na Guiné e que foram: a Casa Forte de Cacheu, construída em 1589 (a expensas de Manoel Lopes Cardoso e artilhada à custa do Capitão-mor António de Barros Bezerra), e os fortes de Guinalda e Biguba (também construídos as expensas de particulares). Todos estes fortes eram construídos de adobe e pouco duraram.

Para assegurar melhor navegação e o comércio nos territórios concedidos à Companhia (...), tornava-se preciso, proceder a determinados trabalhos de defesa para evitar qualquer surpresa eventual a que estavam expostos os portos de Bissau e de Cacheu, a fim de desenvolver o comércio, a indústria e a agricultura.

Cumprindo uma das cláusulas dos estatutos que dava o privilégio à Companhia, para a boa segurança e ordem, era preciso não só reparar as velhas praças, como levantar novas fortalezas e torres para marcas e faróis de navegação.

A Junta estabeleceu definitivamente uma administração da Companhia para o comércio da Guiné e em virtude do estado deficiente em que se encontravam as defesas daqueles portos, apresentaram em 6 de Agosto de 1765 um pedido para que lhe fosse dada autorização para construir uma fortaleza em Bissau.

Prevendo-se que os chefes tradicionais confinantes opusessem a construção da fortaleza em Bissau, a junta informou ao Presidente do Hospício dos Religiosos Menores Reformados de Bissau em carta de 9 de Outubro de 1765 e pede-lhe para *que fizesse ver a vantagem desta construção, pois serviria para os proteger e aumentar mais o comércio que tinha estabelecido com eles.*

Negociara a Companhia de Grã Pará e Maranhão com o régulo de **Intim** a compra de um trato de terra para erguer a fortaleza, junto à praia e cerca da povoação. Não obstante essa aquisição, livremente aceite pelo chefe indígena, seduzido pelos presentes recebidos, custosa e demorada foi a sua construção.

O levantamento para a planta de construção, foi encarregue ao Engenheiro Manuel Germano da Mata. Este determinou que no caso de *qualquer moléstia ou desastre que o impossibilitasse fossem tomadas as providências necessárias, para a continuação das obras e por isso fossem dadas as instruções a Antônio Carlos Andrea*. Por isso também na mesma data, este também foi encarregue quase da mesma maneira da construção.

Numa carta de 15 de Outubro de 1765, a Junta informa que tem intenção de começar a construção da Fortaleza de Bissau e que o sargento-mor. Também se assegura que todas as despesas seriam suportadas pela Companhia. A planta original elaborada e executada pelo Engenheiro Manuel Germano da Mata não foi encontrada.

O sargento-mor foi obrigado a fazer algumas alterações à planta original que trouxe de Lisboa e comunicou o facto a Companhia em 14 de Abril de 1766. Com o concurso da Companhia de Grã Pará e Maranhão, foi organizada uma frota que em Cabo Verde embarcou muita gente, compelida a ir trabalhar nas obras de fortificação que desta vez eram de maior vulto.

Dimensões e Localização

I. Segundo Renné Peliessier, citando Lopes Lima (184...) “É um quadrado de pedra cujas dimensões variam segundo os autores (100 ou 198 m, com 10-12 de altura) flanqueado por quatro bastiões dispondo oficialmente de 43 peças de ferro e nove de bronze ou mais modestamente, 22 de diversos calibres, mas quase todas desmontadas por falta de carretas (...) seria inexpugnável (...) até ao rebentar da guerra do Outono de 1844. No interior, eternamente em reparação, a residência do governador e casernas para 200-300 soldados, uma igreja e um poço seco. (...). A fortaleza está a cem passos do rio, da qual a separa uma aldeia «cristã» (refere-se a Bissau nos seus primórdios).

II. Segundo H. C. S. Barahona, (1892) “Tem 4 faces abaluartadas, dispostas segundo os lados de um quadrado. As muralhas têm 12 metros de elevação sobre o fosso que as circunda. Este fosso tinha escarpa e contra escarpa revestida (...) Tinha alojamentos para o Governador, oficialidade, sargentos e para 200 praças, além da capela, paiol e armazéns. Em cada um dos baluartes, ao centro havia um gigantesco poilão”

A muralha com 60 palmos de alto e 100 passos de comprimento ligava os quatro baluartes. Eram conhecidos por **Bandeira, Balança, Onça e Puana**. Dentro da fortaleza havia algumas construções – a casa do Governador, a residência dos oficiais, uma grande caserna, um quarto para arrecadação de géneros, um paiol e uma capela, que era tida como a igreja matriz. Depois foram edificadas outras, que serviam de alfândega e armazém, tudo de pedra, coberta a telha.

Descrição dos contemporâneos nos dias da construção do forte

“A nau de Guerra, Nossa Senhora de estrela, lançou ferro no porto. Trazia a bordo medicamentos, material de guerra e construção. Os operários trabalharam sob a permanente hostilidade do gentio, que desrespeitava o acordo feito com o chefe. A cantaria, vinda de Portugal amontoada na praia, era transportada pelos grumetes até aos caboucos, enquanto a artilharia de bordo troava, mantendo à distância os guerreiros papéis. Negociantes e feitores da Companhia, com *surriadas* de *mosqueteria*, defendiam a obra do assalto dos mais atrevidos. Morreram muitos operários. Tais esforços não foram coroados de êxito e as elevadas importâncias gastas, resultaram inúteis porque, dez anos mais tarde, a fortaleza, que tantas vidas custaram, achava-se em ruínas, pelo que el-rei D. José determinou novamente se construísse outra, cujo traçado de boas proporções foi feito pelo coronel de engenheiros Manuel Germano da Mata.”

Assombrados ficaram os indígenas de Bissau ao verem tão grande movimento no Porto. A organização do trabalho, com a experiência já adquirida em obras anteriores, pode dizer-se que era quase perfeita. Não faltavam bons oficiais mecânicos, cirurgiões e boticários, nem mantimentos variados, sabido que o escorbuto e as febres palúdicas o pior inimigo. Cerca de duas mil pessoas formigavam à roda dos alicerces da grande fortaleza, sob o pasmo dos indígenas. O ritmo do trabalho foi, porém, diminuindo, porque não obstante os cuidados havidos, muitas centenas de homens perderam a vida dizimados pelo clima. Duas árvores de grande porte erguiam-se diante do portão (ainda lá estão) principal, servindo de ponto de referência aos navios que demandavam o porto.

“O muro de pedra e cal, com 4 metros de altura, prendendo-se a fortaleza, no Baluarte da Balança, havia substituído a velha paliçada. Próximo ao Forte «Nozolini», em que terminava, tinha um portão, conhecido pelo nome de “Portão de Pigiguiti”, que dava para o mato. Era feito em madeira da terra, pesada e sólida, tendo dois batentes suspensos de ambos os lados por três gonzos. Ao alto a verga em pedra, sobressaindo da parede, tinha um belo desenho. Em baixo os batentes corriam sobre duas lages de cantaria, já desgastadas e polidas dos dois lados pela passagem de tanta gente que entrava e saía da vila. Às vinte e uma horas, com o toque de recolher, todos os indivíduos que não habitavam na Praça abandonavam-na. Mantinha-se a paliçada da Puana. O cemitério primitivo ficava junto ao forte.”

Fora achava-se a povoação com centenas de palhotas, meia dúzia de casas de melhor risco, onde residiam negociantes e agentes de firmas francesas, de Gorée e inglesas, da Gâmbia. Como não era ainda defendida pela paliçada, os seus moradores sujeitavam-se, de vez em quando, a ultrajes do gentio. Por esse motivo, houve quem defendesse a ideia de transferir os armazéns e estabelecimentos para o ilhéu do Rei, por ser de mais fácil defesa. De resto, a água que ali se bebia, ia da «fonte do Rei», situada a uma milha da Praça. Essa parte de Bissau era conhecida pelo nome de Tabanca, até mesmo nos documentos oficiais. Várias áreas foram concedidas ali para a construção de prédios.

Entre 1891 e 1892 a Fortaleza e o fortim de Pigiguiti foram reparados sob a direcção de H. C. S. Barahona. Foi reconstruída parcialmente em 1946.

Em 1962 o Arq. Luís Benavente aconselha o levantamento e protecção urbanística do Forte e medidas para o restauro e controle de intervenção arquitectónica no seu interior. O relatório de Benavente mencionava a construção inicial do Forte (em 1696, pelo Capitão-mor José Pinheiro) e a sua primeira reconstrução (em 1753, segundo os planos de Frei Manuel de Vinhais Sarmiento, continuada em 1766 com traçado do Coronel Manuel Germano da Mata). O relatório inclui fotografia de lápide no local, a qual indicava nova obra em 1858-60 (projectada e dirigida pelo capitão Januário Correia de Almeida, «engenheiro militar e civil desta província»).

Não há informação de posteriores desenvolvimentos deste tema. Sabe-se apenas que em 18 de Junho de 1970, num ofício do então Ministério do Ultramar, Luís Benavente discorda da hipótese de «por coisas a mais» no interior da Fortaleza. No mesmo texto refere o desejo, expresso em conversa pelo Governador da Província, General António de Spínola, de que «...à

Fortaleza fosse dada, através do seu restauro, um aspecto de acordo com a sua importância e mérito»

A velha fortificação, coração da cidade durante séculos, é hoje simplesmente um belo monumento histórico. Nos nossos dias já não são as suas muralhas que apertam dentro de si a vida de Bissau. Projectada para fora da fortaleza, ela esbarra de encontro aos pântanos de Bandim e Antula. As ruas oferecem bom piso. O bairro comercial que sempre teve por eixo a antiga Rua do Advento da República apresenta hoje estabelecimentos comerciais. (*in anuário da Guiné Portuguesa de 1946*)

Nas minhas investigações no longínquo ano de 1999 na **Torre do Tombo, Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Arquivo histórico do Ministério das Obras Públicas de Portugal e do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal e nos Arquivos Militares de Lisboa**, só para citar alguns sítios onde fui a procura da minha Pátria, encontrei crónicas antigas e fragmentos diversos sobre este assunto, que necessitam ainda de uma contextualização mais correcta. Um dizia o seguinte:

“... Certa vez, desrespeitando os compromissos assumidos, o gentio assaltou e arrasou a feitoria. Os barcos deixaram de ter asilo seguro quando ali iam. Ao tempo já se achavam bem distintas as famílias da tribo papel, senhora da ilha, e cada uma sob o domínio de um régulo: Antula, Intim, Cumura, Bandim, Safim, Prábis, Biombo e Bijimita (o mais temido era de Intim, que se dizia de uma ascendência mais nobre e antiga) ...”

Um outro que dizia o seguinte:

“... Ordenou o rei D. Pedro, por alvará de 15 de Março de 1692, a construção de uma fortaleza, encarregando dela o primeiro Capitão-mor, José Pinheiro, orçando-a na importância de 15.000 cruzados. A fortaleza tinha quatro baluartes e comportava quarenta praças, um Capitão-mor e um feitor de fazenda. “

Mais um que firmava:

“... mandado construir por D. Jose I em 1758 – o governador era Sebastião da Cunha Sotto Mayor- foi concluída em 1764- Quadrangular, de traçado abaluartado, toda de cantaria e cercada por um fosso.”

E também um documento que rezava:

O novo governador de Cabo Verde, Veríssimo Carvalho da Costa, em visita à Guiné, também informou ao soberano sobre o assunto, por carta datada de Cacheu em 2 de Abril de 1687, referindo as medidas acertadas em conjunto com Capitão-mor para evitar o estabelecimento dos Franceses: "Uniformemente ajustamos se faça a fortaleza de Bissau, que com ela divertimos aos Franceses a não façam, porque a não ser o rei [de Bissau, Bacampolo-Có] tão amante de V. Majestade o teriam conseguido, para o que lhe pediram licença, e ele lhe não quis dar, dizendo tinha V. Majestade na sua terra uma igreja que era a sua fortaleza."

E por fim um outro mais “ideológico” que sustentava o seguinte:

“Com a nova fortaleza, Bissau passou a ser denominada Praça de S. José de Bissau, em homenagem ao rei que tinha mandado erigi-la. Gastaram-se nela cerca de cinquenta contos. Suportou sucessivos assaltos. Ali iam quebrar-se as vagas de ódios de indígenas insubmissos”.

Ano passado (2009) fui visitar a “velha senhora” e apercebi-me que resta pouco tempo para recuperarmos e salvarmos esta velha Fortaleza, a única testemunha da história da Nossa Nação. Seu berço e “prova” que de facto existimos.

Cada dia que passa será mais difícil a sua recuperação. Por isso peço-vos que recuperemos o que é nosso e na sua recuperação, recuperemos toda a cidade antiga de Bissau e façamos dela um “pelourinho” como o da cidade de Bahia no Brasil. Façamos um bairro histórico que atrairia turistas de todo o mundo.

Sem esquecer que esse monumento é a nossa herança, destinada a testemunhar aos nossos filhos e netos as aspirações, os sonhos, as ambições, os heroísmos, em suma tudo aquilo que fomos num passado longínquo e recente.

Sei que daqui a uma vintena de anos, quando a maioria dos que me estão ler, já tiverem desaparecido, este monumento que conheceu os nossos tetravôs, bisavôs (que não conhecemos), avós e pais - se o conservarmos - conhecerá os nossos filhos, netos, bisnetos e tetranetos (que não conheceremos). E será o nosso testemunho mudo de que no nosso tempo, não éramos animais, mas seres humanos amantes da sua Pátria, do seu Povo e da sua História.

(Aqui me ofereço, como o Arq. Luís Benavente há 47 anos atrás, humildemente para participar da sua recuperação se assim o entenderem as autoridades competentes. Como Arquitecto e estudioso deste Forte, posso dar a minha contribuição -gratuita se for necessário – pedindo apenas que cada um de nós faça a sua parte melhor que saiba.

BISSAU-EVOLUÇÃO HISTÓRICA

DATAS IMPORTANTES NA EVOLUÇÃO URBANA DE BISSAU

- **EM 1808 começou a cobrança da contribuição predial nesta vila.**
- **Em 1843 é criado o hospital militar.**
- **Em 1844b é então construída a paliçada, cujo alinhamento foi dado na presença dos marinheiros da corveta francesa «Eglantine», que viera em socorro de Bissau. Foi depois reforçada na face interna com uma parede de taipa, do mesmo modo que os mandingas faziam às suas aldeias fortificadas.**
- **Em 1846 o tenente-coronel Nozolini propõe-se construir á sua custa um forte no sítio denominado «Pigiguiti». Edificou-o em pedra e cal, com acomodações precisas para a guarda e arrecadação das munições. A obra terminou em Março de 1846 e a mesma foi denominada Forte Nosolini.**
- **Em 21 de Julho de 1855 é instalada a Comissão Municipal de Bissau.**
- **Em 29 de Abril de 1859, Bissau é elevada a categoria de Vila.**
- **Em 1851 uma Comissão que veio inspeccionar a Praça encontrou as muralhas caídas em três partes; as cortinas e as canhoneiras careciam de reparos. Tinha ela então 44 bocas-de-fogo.**
- **Por decreto de 9 de Dezembro de 1869 Bissau foi declarado porto Franco.**
- **Em 17 de Abril de 1877 foi criado o concelho de Bissau. Compunha-se este da Vila de S. José ou Praça de Bissau, do Presídio de Geba, da colónia do Rio Grande de Bolola e mais territórios dessa dependência, e da ilha de Orango.**

Em todos os aspectos, o mais importante de todos os estabelecimentos portugueses nesta costa, é Bissau, capital de concelho, comarca, província ou distrito, segundo as épocas. Desde o século XVI (*7) que havia comerciantes portugueses instalados nesta ilha papel, com africanos cristãos (os antepassados dos grumetes). Em 1687, depois em 1696, diversos trabalhos de fortificação são levantados pelos Portugueses. A mesma coisa em 1753, não obstante a hostilidade dos Papéis, que eram a tribo que vivia no local.

Através de serviçais nativos, regressados do arquipélago de Cabo Verde, os portugueses, conseguiram contactos mais firmes com o gentio de Bissau, e, como o alvará real de 1518, para coibir os abusos que ali se verificavam, restringisse o direito de resgate nas partes da

Guiné, alguns europeus e cabo-verdianos, mais arrojados, por lá ficaram de vez exercendo o ofício de tango-mão (comprador de escravos). Autorizava aquele alvará a morte de brancos e pretos cristãos que não acatassem a ordem real de abandonarem a Guiné. A sede de fabulosos lucros fazia, porém, que se esquecessem da terrível ameaça suspensa sobre as suas cabeças.

Foi crescendo o pequeno número de palhotas, com a aquiescência do chefe Intim (chefe local). Suas paredes tornaram-se sólidas e, com o decorrer dos anos adquiria o aspecto típico das feitorias de África. A primeira Companhia de Cacheu e Cabo Verde, notando a excelência da sua situação, enviou para Bissau agentes contratadores e, em fins do século XVII, a feitoria apresentava-se solidamente fortificada. Dentro dela viviam em promiscuidade europeus, cabo-verdianos e indígenas cristãos, convertidos pelo zelo dos missionários portugueses e castelhanos. Esses (...) iam assimilando os costumes *civilizados*, falando a *algaravia* importada de Cabo-Verde. Baptizados na capela de taipa, coberta de colmo, eram úteis aos colonos, pois que se ocupavam em trabalhos mais pesados, servindo de intermediários nas relações diárias com papéis e balantas das regiões vizinhas.

A partir do muro (do forte), até à praia lodosa, a vila oferecia um curioso aspecto. As ruas principais corriam de Oeste para o Leste. Seus nomes lembravam os governadores que por lá haviam passado e o militar que a defendera, com a construção do fortim. A mais importante, porém, era a de S. José, que começava no portão de «Pingiguiti» e ia terminar no baluarte da «Bandeira». As restantes eram estreitas lembrando um bairro mourisco. A necessidade de aproveitar o terreno para as construções tinha eliminado os quintais (as mulheres cozinhavam na rua, colocando os fogareiros junto às paredes). As casas, exceptuando as de algumas famílias mais abastadas, eram em geral, de adobe, baixas, térreas, mal divididas e mal iluminadas. A vila achava-se apertada entre o fosso da fortaleza, a praia lamacenta e o muro, que era um obstáculo a ventilação das ruas. Na baixa-mar, a praia batida por água lodosa, descobria-se.

O cemitério, como dissemos, foi transferido para fora da vila. A princípio os corpos eram sepultados no adro da igreja. Mais tarde começou-se a aproveitar o espaço junto ao forte «Nozolini» e aí se criou o novo cemitério. Reconhecida a sua posição desvantajosa, houve a necessidade de o colocar para além do muro, dentro do campo de tiro da fortaleza. Os muros que o resguardavam eram altos. Confrangia, porém, o seu aspecto. Não era arborizado e nem dispunha de arruamentos.

- Só em 1872 as ruas de Bissau começaram a ser iluminadas a petróleo. Eram, todavia, poucos candeeiros. Os moradores matavam os ócios passeando pela Rua de S. José, a mais asseada, e que tinha casas de sobrado. No prédio deixado por João Marques de Barros à Santa Casa de Misericórdia da cidade de Praia, resolvera o Governado Geral de Cabo Verde estabelecer o hospital militar e as repartições públicas.

Vivia o antigo presídio que passara a Praça de Guerra, depois a vila, e, mais tarde, a cabeça de Governo, naquele apertado recinto que estrangulava todas as tentativas de para o seu desenvolvimento. O muro era a barreira intransponível, o limite das aspirações dos colonos, porque mais adiante existia o mato traiçoeiro e ameaçador. Foi mal escolhido o local por ser cercado de pântanos, quando muito próximo dali havia terrenos oferecendo melhores condições topográficas, geológicas e, possivelmente, climatológicas.

Em 1879, a sede do Governo foi transferida para Bolama. Diminui então a aglomeração dos habitantes em tão pequeno espaço.

Em Novembro de 1885, o administrador e comandante militar de Bissau, Alfredo Babino Rosa, escrevia que <a supressão do muro ou ao menos a diminuição da sua altura e o alargamento de seus limites é uma necessidade tão imperiosa quanto é salutar que a população se dissemine, que se dispersem casas; espacem-se as ruas... Enquanto subsistir esse obstáculo (muro) que conduz à míngua de elementos de primeira transferência para a conservação da saúde e prolongamento de vida, todos os demais esforços e sacrifícios, tendentes ao melhoramento do estado higiénico da vila, não produzirão efeitos...>

Bissau era nesta altura o menos povoado dos aglomerados urbanos da província. Os registos paroquiais informam que tinha apenas 307 católicos, enquanto Geba apresentava 1500. O concelho com sede na vila de Bissau compreendia os presídios de Geba, Fá, S. Belchior e todos os demais pontos ocupados e a ocupar nas margens dos rios de Bissau, Corubal e Geba, segundo o decreto de 4 de Julho de 1883. A vila abrangia uma área de 10 hectares. O estado não possuía prédios. As repartições públicas funcionavam em casas alugadas. Em 14 de Julho de 1889 é colocado em Bissau a primeira pedra das fundações da ponte-cais Correia e Lança.

Em Fevereiro de 1891, o chefe dos Serviços de Saúde partilhava a opinião de que *“a capital da Guiné devia ser transferida para a ilha de Bissau, por ser o ponto mais importante do comércio, o mais central da província e de mais fácil acesso para os navios de grandes dimensões e tonelagem”*.

No dia 9 de Maio de 1893, deu-se uma explosão na fortaleza de Bissau. A 13 de Janeiro tinha havido um violento incêndio que destruiu a enfermaria militar.

A 11 de Janeiro de 1894, procedeu-se a demolição de uma parte do muro do cemitério.

Em 1896 o governador (Pedro Inácio Gouveia), reconhecendo que a área de Bissau limitada pela muralha não podia comportar mais construções, permite o aforamento de terrenos no ilhéu do Rei para identificações. O alinhamento seria dado pelo comandante militar de Bissau. Quatro anos mais tarde seria ali criado o lazareto.

A partir de 1896 o Governo concedia terrenos baldios extra-muros para construções de casas. Esses terrenos tinham de ser demarcados, constituindo-se o respectivo processo. O concessionário sujeitava-se ao alinhamento e não lhe era permitido cobrir casa com palha. A maioria dos proprietários era constituída por negociantes e nativos exercendo profissões manuais. De modo que em 1913, quando o Governador (Carlos Pereira) tomou a corajosa iniciativa de arrasar a muralha de Bissau (o que levantou protestos justificados e produziu angustiosa ansiedade entre a população da Praça, crente de que ela era a única barreira respeitada pelos indígenas), a pequena vila viu-se repentinamente com uma área muito maior, agregando a si àquele núcleo de construções cujo número aumentara extraordinariamente.

Demolida a muralha, Bissau respirou livremente e cedo ganhou ânimo para expandir-se procedendo imediatamente o derrube das árvores, a limpeza do matagal que lhe tolhia os movimentos. Foi ali, nesse terreno salpicado de vegetação rasteira e de alto fuste, compreendido entre o cemitério e o antigo mercado, que teve raiz a parte moderna da cidade, prosseguindo em direcção ao Alto do Crim, num avanço lento mas sempre crescente, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Dois anos mais tarde é feito o contrato com uma casa inglesa para a construção da Ponte-cais. A construção da escola, quase sobre os alicerces da velha muralha, é o ponto de partida para grandes edificações.

O governo procura melhorar a instalação das repartições públicas; nessa altura já estava adiantada a construção da Alfândega. Havia-se iniciado a obra do aterro marginal e a regularização do pavimento do Largo da Feira e Rua Tomas Ribeiro. Concluía-se a demarcação e limitação do bairro indígena, a oeste da Vila.

Em 1914, Bissau é elevada a categoria de cidade. O engenheiro Quinhones traça-lhe o risco que merece ainda hoje a admiração unânime de técnicos. As grandes casas comerciais estrangeiras e nacionais e o Banco Nacional Ultramarino erguem importantes construções. O francês Andre Gares monta a primeira fábrica de gelo accionada por um locomóvel.

Em 1923 o Governo concede o foral ao Município de Bissau, que no ano seguinte começa a funcionar nos novos Paços do conselho.

Em 1925 é inaugurado o novo mercado e o cemitério municipal.

Em 1935 foi feito o Lançamento da primeira pedra da futura catedral de Bissau.

Em 1936, o antigo Bairro Indígena passou para o local conhecido por Santa Luzia, ficando desde então a fazer parte da cidade.

De 1936 a 1939, Bissau cresce dia a dia. Apossa-se dela a febre de construção. É o Governo da colónia quem dá o exemplo erguendo numerosos edifícios públicos e criando o Bairro Portugal com casas destinadas a funcionários.

Em 4 de Dezembro de 1939, a Fortaleza, conhecida por Amura, é considerada Monumento Nacional.

Em fins de 1941, é inaugurado o majestoso monumento ao Esforço da Raça, começado a construir em 1934 (as pedras tinham vindo da cidade de Porto, onde foi feito o projecto de autoria do arquitecto Ponce de Castro)

A verdade, porém, é que não obstante lhe ter faltado de início um plano de urbanização, a cidade transformou-se em pouco mais de quinze anos, apresentando aos olhos de quem a percorre certos trechos que lhe dão uma fisionomia europeia. Na Avenida da Republica avulta a grandiosa fachada principal da nova Igreja (projecto do Eng. João Simões). Há construções monumentais que são o orgulho da cidade. Ao fundo da Praça do Império ergue-se a fachada maciça do Palácio do Governo.

As muralhas do Baluarte de Puana, na Fortaleza de S. José de Bissau, que haviam ruído, foram reerguidas em 1946. Dentro erigiu-se o monumento aos Heróis da Ocupação (autoria do agrimensor Raul Lomelino).

Bibliografia:

- "Carteira de Um Africanista – Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental"
H. C. S. Barahona – Este autor - Capitão de Engenharia, realiza as obras de restauração da fortaleza de 1891-1892
- "A Fortaleza de Bissau e a companhia de Grã Para e Maranhão"
José Mendes Cunha Saraiva
- "A Fortalezas de Bissau"
Nuno Valdez dos Santos
- "Da Praça de Bissau e suas adjacentes"
Autor desconhecido
- "Apontamentos sobre a Praça de S. José de Bissau e suas imediações"
Visconde Sá da Bandeira
- "Anuário da Guiné Portuguesa – Ano 1946"

NOTAS

*1, *2, - (Carlo Aymonino - O SIGNIFICADO DAS CIDADES – 1º edição Portuguesa de 1984; EDITORIAL PRESENÇA, LDA)

*3 - Consoante historiadores a fortaleza foi denominada de diferentes maneiras. José Mendes da Cunha Saraiva no seu estudo, intitulado «A FORTALEZA DE BISSAU E A COMPANHIA DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO», denominou-o simplesmente de "Fortaleza de Bissau". O Capitão de Engenharia H. C. S. Barahona, no seu opúsculo «CARTEIRA DE UM AFRICANISTA (Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental)» designa-o de "Fortaleza de S. José de Bissau". No «Anuário da Província da Guiné-Portuguesa», de 1946, encontramos a denominação de "Forte de Amura". O Arq. Luís Benavente, encarregado da sua restauração em 1962, apelidou-o de "Fortaleza de São José de Amura"

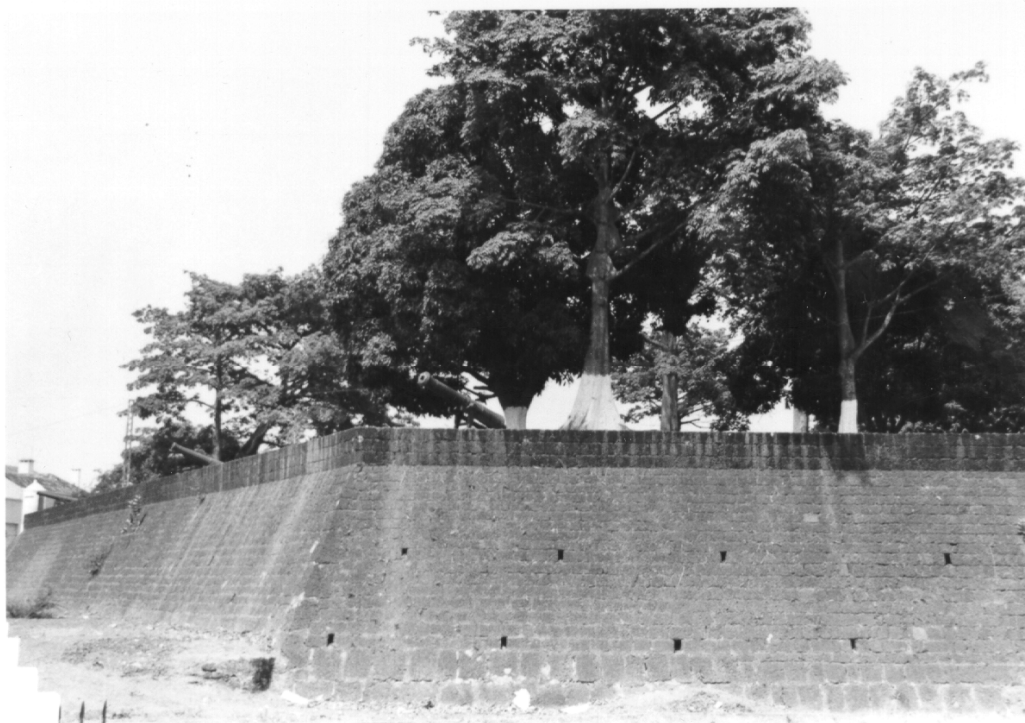
*4 - (Carlo Aymonino - O SIGNIFICADO DAS CIDADES – 1º edição Portuguesa de 1984; EDITORIAL PRESENÇA, L.DA)

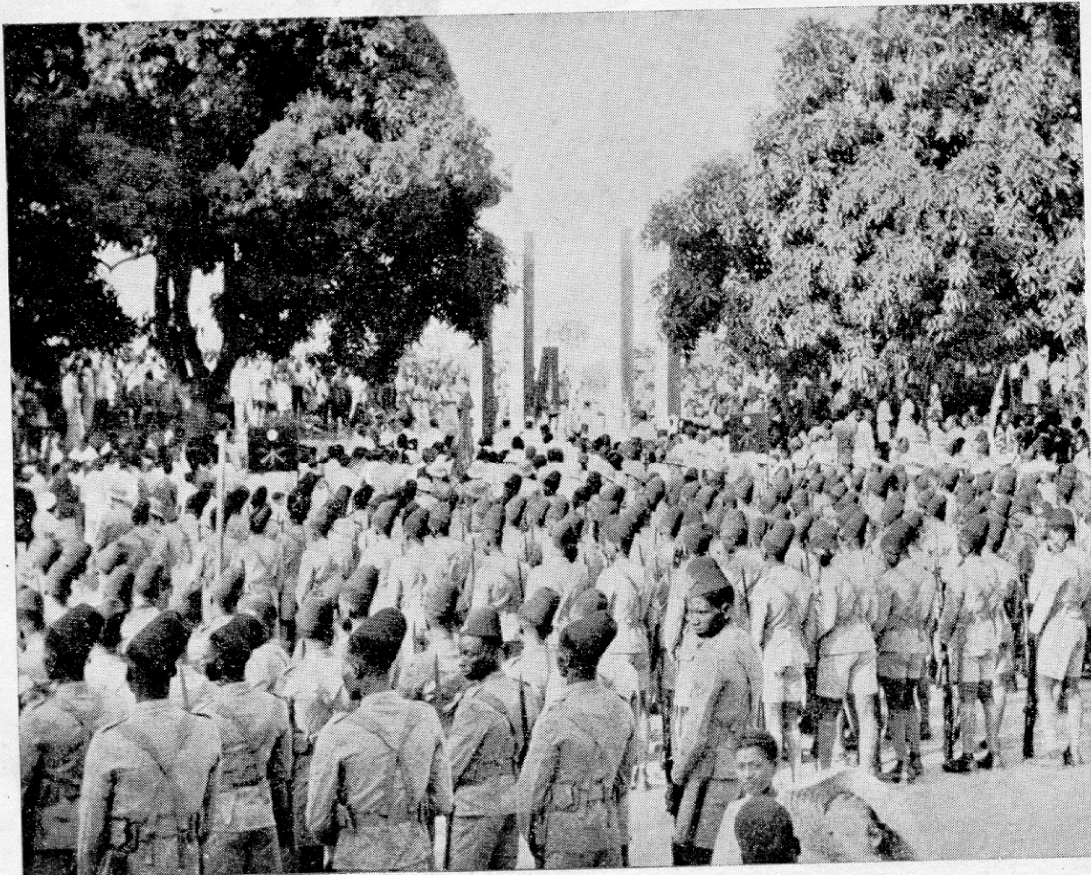
*5 - Os autores e cartógrafos portugueses levaram muito tempo a porem-se de acordo quanto a cartografia da região; alguns, na época considerada, chamavam indistintamente *Rio Grande* propriamente

dito, o rio [de] Geba e Rio Grande de Bolola, o Rio [Grande] de Buba; o que gera certa confusão na consulta cartográfica.

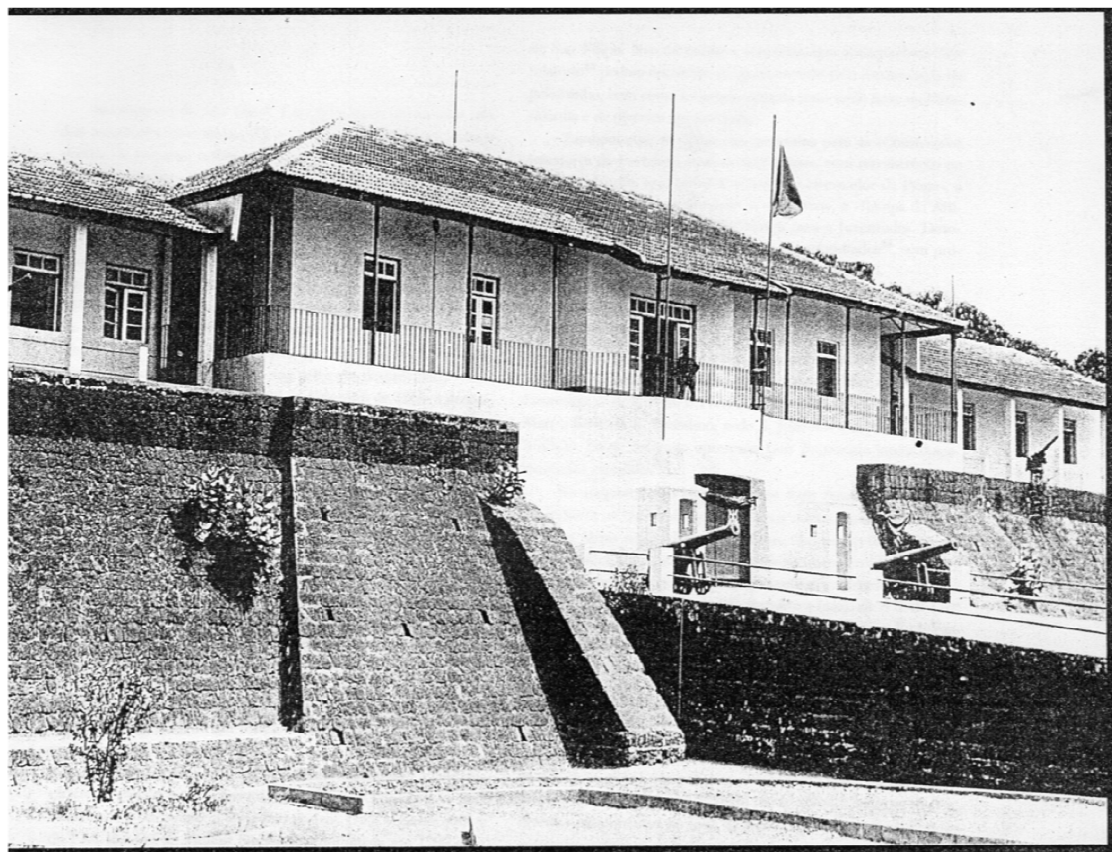
*6 - H. C. S. *Barahona*- "Carteira de Um Africanista – Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental"

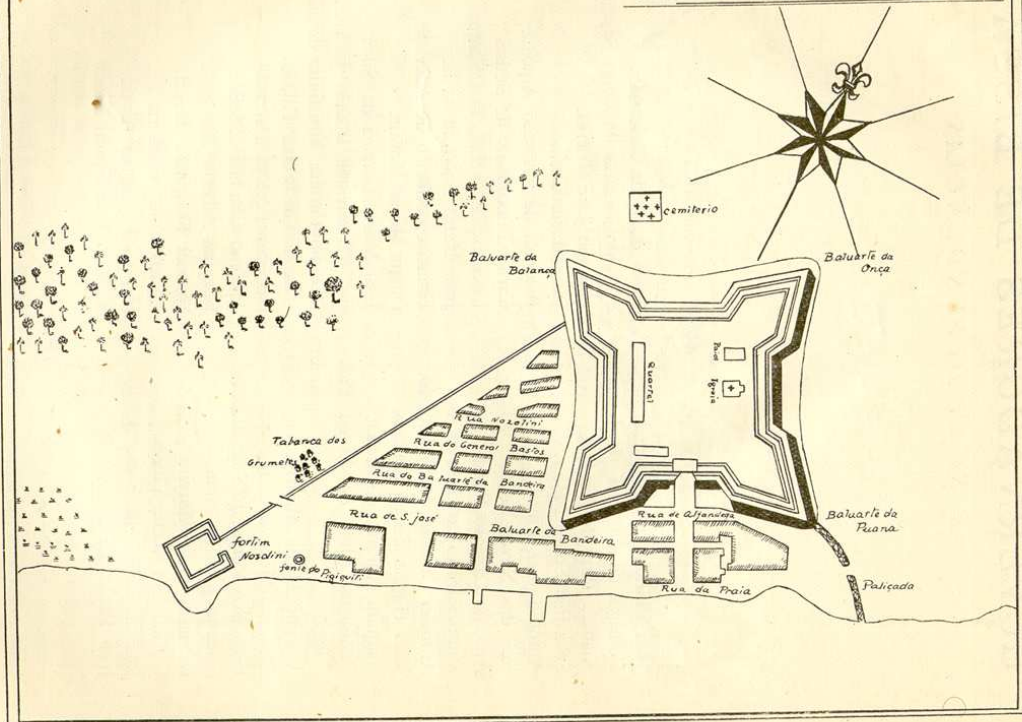
*7 - Os franceses têm ali uma feitoria no século XVII, mas se em 1701 André Brue e uma divisão naval fazem ceder pelos Papeis o território da feitoria francesa, a data de Abril de 1700 é igualmente citada por Yves-Jean Saint-Martin, parece realmente que a presença portuguesa ali tenha sido preponderante, ainda que episodicamente contestada pelos Franceses que, durante muito tempo, no século XVIII, ali ocupam o um forte nos «Bisseaux», com três ou quatro brancos. Para mais pormenores, ver N. Valdez dos Santos «As fortalezas de Bissau»





Missa Campal na Fortaleza de S. José de Bissau





A Praça de S. José de Bissau em 1864



Um baluarte da Fortaleza de S. José de Bissau



Caulão holandês dos fins do século XVII



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org